

## **PUBLICADO**

MACHADO, Lucília Regina de Souza . Instituições de Educação Superior com Qualidade Social. In: Irene Jeanete Lemos Gilberto. (Org.). Universidade em Tempos de Desafio. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2006, v. , p. 11-27.

# **INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR COM QUALIDADE SOCIAL**

**Lucília Machado<sup>1</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

As instituições educacionais são mais que formas ou estruturas sociais estabelecidas pela lei ou pelo costume; mais que o discurso que enunciam sobre si próprias, mais que documentos, regulamentos, estatutos e atas. São construções históricas demarcadas por expectativas convergentes ou divergentes, por buscas de identidades, funções e estilos. São sobretudo constituídas pelas práticas e testemunhos daqueles que as fazem existir e ter significado. Elas se sustentam a partir de seus projetos, se nutrem dos interesses e motivações de todos que a integram, mesmo quando contraditórios, e desempenham um papel fundamental na manutenção ou renovação das forças sociais.

Pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação é uma atividade livre e regulada pelo mercado. Isto significa que qualquer pessoa mesmo sem credenciais acadêmicas e sem experiência em gestão educacional, desde que não apresente pendências fiscais, pode, a rigor, se estabelecer na atividade educacional e, inclusive instituir cursos superiores.

---

<sup>1</sup> Professora do Centro Universitário UNA. Para contato: [lsmachado@uai.com.br](mailto:lsmachado@uai.com.br) .

Mas a qualidade da instituição educacional seria também objeto de livre regulação pelo mercado? Seria a livre concorrência o mecanismo mediante o qual as instituições educacionais, seus projetos e práticas pedagógicas e acadêmicos se aperfeiçoariam? Se entre duas escolas próximas, uma tem mais alunos que a outra esta seria de melhor qualidade por ter sido mais procurada?

Instituições de educação superior, como qualquer outra instituição educacional, não são entidades à parte no mundo econômico, mas as ofertas de oportunidades educacionais não estão submetidas às mesmas leis que regem o mercado.

Contraposta à lógica mercantil de regulação, a LDB determina que cabe ao Estado elaborar as normas gerais da organização e funcionamento da educação nacional e dos sistemas de ensino, credenciar as instituições educacionais e zelar pela qualidade da educação por elas ministrada mediante processos formais de avaliação. Mas em quais referenciais, critérios e indicadores pode e deve o Estado se pautar para realizar as suas funções reguladoras?

Por ser uma atividade aberta à iniciativa de qualquer um e que experimenta, no caso recente do Brasil, uma grande expansão principalmente por parte do setor privado, pode-se supor, equivocadamente, que a condução de uma instituição educacional seja relativamente simples. A educação, na verdade, é um fenômeno muito complexo, seja do ponto de vista técnico, como científico e, sobretudo, humano.

Apesar da grande expansão experimentada pela educação superior brasileira a partir dos anos noventa, do afluxo de um maior número de pessoas portadoras de diplomas de graduação, muitas destas e daqueles que ainda são estudantes deste nível de ensino têm demonstrado uma série de insuficiências e lacunas no desempenho das suas atividades sociais e profissionais.

Apresentam, em muitos casos, dificuldades para compreender o que lêem, escrever corretamente, se comunicar usando pelo menos uma língua estrangeira, resolver problemas simples, identificar grandes nomes da cultura e das ciências de importância universal e mesmo daqueles expoentes mais próximos ou pertencentes ao seu próprio campo profissional.

A avaliação da instituição de educação superior por meio da averiguação do desempenho de alunos em testes massivos, tal como se fez na implementação do sistema do

Provão foi, acertadamente, considerada pelo Ministério da Educação como insuficiente. Outros instrumentos foram indicados como igualmente necessários. Por outro lado, estes testes pouco oferecem para reconhecer se a educação superior que vem sendo ofertada está cumprindo a tarefa de elevar os alunos, individual e coletivamente, ao nível do avanço societário do seu tempo. Estaria respondendo às exigências do mundo contemporâneo, tais como a de uma sólida formação geral, cultural e profissional?

No Brasil, tal como em outros países que ainda enfrentam o grande desafio da construção de uma escola básica de qualidade, é comum o ingresso de estudantes no ensino superior com sérias lacunas no seu desenvolvimento educacional. Aqui, também, assiste-se ao aumento da crescente exposição da população a um número cada vez maior de informações, sem que a grande parte da mesma tenha condições de atribuir-lhes qualquer significação capaz de gerar um processo real de conhecimento.

Em que medida as instituições de educação superior estão comprometidas com a superação destes problemas? Estas instituições estão conscientes do vínculo de sua existência com a produção da ciência e da importância da pesquisa para o cumprimento de sua função educacional e social? Elas têm conseguido se justificar com relação ao quê, para quê e para quem produzir? Elas se mostram ativas no desenvolvimento da extensão institucional tendo em vista a divulgação e a socialização científica e cultural? Quê compromissos elas têm assumido nesta esfera e quais resultados têm apresentado? As instituições de educação superior estão renovando as suas estruturas e métodos de gestão institucional? Em quê medida elas têm tornado os seus processos decisórios e as relações acadêmicas mais participativas, responsáveis e democráticas?

As instituições brasileiras de educação superior estão sendo estimuladas pelo Ministério da Educação a realizar a auto-avaliação institucional. Mas que progressos vêm elas fazendo neste sentido? O que realizam é mesmo uma auto-avaliação efetiva, com parâmetros e instrumentos apropriados e validados? Por outro lado, elas vêm buscando superar suas deficiências e insuficiências com base no conhecimento dos resultados destes processos avaliativos?

A avaliação dos alunos, a auto-avaliação institucional e a avaliação externa não são um fim em si mesmo; constituem um meio de grande importância para a consecução do objetivo de construção do sentido democrático das instituições de ensino e para o avanço de

sua qualidade. A auto-avaliação parte do pressuposto verdadeiro de que as instituições educacionais não são iguais, mesmo que dirigidas para o mesmo campo de atuação. Essa diferença entre elas não constitui, em si, um problema, ao contrário, é valiosa seja do ponto de vista político, cultural e cientificamente.

Cada uma das instituições tem sua personalidade própria, sua história e cultura que a tornam singular na sua identidade, no seu contexto de atuação, demandas e necessidades, nos seus objetivos, aspirações e pretensões, nas suas condições e potencialidades de realização, tais como qualificações, financiamentos e experiências.

Daí porque os desempenhos entre elas não possam ser, a rigor, comparáveis. Isso não quer dizer, contudo, que os processos de avaliação da qualidade institucional sejam dispensáveis, nem que não haja algum tipo de responsabilização da instituição avaliada, que deve arcar com as conseqüências de suas decisões e atos.

É por meio destes processos avaliativos, internos e externos, que se realiza algo fundamental em educação, o respeito à diferença com base no estabelecimento de valores socialmente legitimados. Nesse sentido, avaliação é muito mais do que uma atividade com fins de acompanhamento, controle e regulação. Ela é também um processo educativo para todos que nele se envolvem. Para tal, é preciso construir referenciais de consistência e indicadores que possam conferir uma visão abrangente e integrada.

A questão da qualidade das instituições educacionais, quaisquer que sejam os níveis ou modalidades educacionais em que atuam, não é simplesmente técnica. Requer o estabelecimento de significações ou a realização de re-significações dos princípios e fundamentos que as regem, sobre a sua função social e as formas mediante as quais elas podem realizar os seus desígnios.

Ela envolve dimensões de ordem filosófica, política, pedagógica e técnico-administrativa. No caso da educação superior, exige, ainda, o estabelecimento de sistemáticas e instrumentos adequados conforme o objeto em avaliação: ensino de pós-graduação, ensino de graduação, atividade de pesquisa, programas de extensão, gestão dos seus processos e projetos, etc.

Muitos têm sido aqueles que vêm contribuindo para o processo de construção do conceito de qualidade da educação superior. A reflexão apresentada a seguir não se propõe a alcançar o nível de desagregação analítica acima explanada e nem a responder às

indagações feitas. Pretende simplesmente contribuir para o esforço coletivo de respondê-las, assumindo o passo inicial: que elementos configurariam a qualidade social de instituições de educação superior?

## **1. O conceito de qualidade em educação**

Qualidade é um termo utilizado como critério para avaliar características de objetivos, condições, processos e desempenhos de sistemas, instituições, projetos, currículos, processos e práticas educacionais. O próprio sistema utilizado para fazer esta avaliação, seus pressupostos, componentes, instrumentos e indicadores também podem ser julgados pelo critério da qualidade.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art.3º, estabelece alguns princípios de base para o desenvolvimento da atividade de ensino no país, dentre eles, o que figura no inciso IX: a garantia de padrão de qualidade.

Mas o que é padrão de qualidade? Aqui estão dois termos polêmicos: padrão e qualidade. O primeiro sugere a existência de um modelo oficial de pesos e medidas para conferir, comparar e calibrar a qualidade. É possível existir este modelo? Não se pretende, neste texto, explorar amplamente esta questão. Tem-se em conta, sobretudo, participar do debate sobre o que seria qualidade.

Há, pelo menos, dois sentidos para o termo qualidade. O primeiro indica, meramente, a maneira de ser mais ou menos característica ou a propriedade daquilo ao qual o termo se refere. O segundo pode ser o que faz com que uma coisa seja mais ou menos recomendável. Há, neste último, ainda, a perspectiva de considerar o termo qualidade como simplesmente o que torna uma coisa boa ou melhor. Na avaliação da educação, ambos os sentidos são resgatados, mas não sem evitar o risco da falta de clareza.

De certa forma, isso é inevitável pois o termo qualidade é polissêmico, ou seja, comporta diversas interpretações sobre os seus sentidos conforme o tempo histórico e os espaços sociais e institucionais. É um conceito social e historicamente construído e reconstruído continuamente; portanto, dinâmico, não se apresenta pronto e acabado.

A rigor, não seria possível, assim, um padrão oficial de qualidade educacional, pois não existem critérios ou modelos universais e definitivos de qualidade de qualquer coisa muito menos de educação ou de instituição educacional. Variam as necessidades educacionais, os patamares que se quer atingir ou superar em educação, a extensão no tempo dos resultados a que se quer atingir, ou seja, se o objetivo é alcançar retornos mais imediatos de prazos mais curtos, médios ou retornos mais duradouros, de longo prazo.

Qualidade em educação é um juízo de valor que traduz necessidades sociais - estas cada vez mais elevadas; que é objetivado pela *práxis* humana num dado contexto social a partir das contradições vividas por sujeitos concretos.

Diversas, portanto, são as injunções que condicionam socialmente a construção desse conceito. Pode nele interferir a posição de quem define ou avalia face às relações sociais dominantes e de poder, pois a avaliação da qualidade da educação não é simplesmente uma questão técnica. Em nome de quê interesses ela é realizada? Pode este conceito embutir as prioridades sociais, políticas e econômicas de projetos educacionais em disputa. Que intencionalidades estão subjacentes na escolha dos critérios de sua concepção e nos indicadores utilizados para sua avaliação?

Assim, é esperado, mas não necessariamente aceitável, que haja correspondência funcional entre muitos dos juízos de valor sobre qualidade educacional, atualmente em vigor, e a sociabilidade capitalista sobre a qual se produz a educação; que o conceito atual de qualidade educacional esteja totalmente dominado pela noção produzida pelo mercado.

Com este viés, o uso do termo em política educacional cresceu nas últimas décadas chegando a direcionar o debate social sobre os valores educacionais e a servir de principal elemento orientador das atuais políticas para a educação em todos os seus níveis e modalidades.

Alguns fatores importantes vêm acirrando o debate contemporâneo sobre a qualidade educacional. De um lado, as pressões econômicas e sociais de uma sociedade que assiste perplexa à dinâmica da mudança tecnológica cada vez mais veloz e complexa. Não necessariamente coincidentes nos sentidos e direções destas exigências, há também os constrangimentos por re-adequações no processo de ensino-aprendizagem causados pela concorrência capitalista. A qualidade da educação passa a ser tomada como sinônimo de

preparação à altura das demandas desta disputa, incluindo-se tanto os indivíduos quanto instituições educacionais. A educação em si é vista como um mercado competitivo.

O campo educacional se viu assim afetado pelo mesmo movimento que elegeu a noção de produção de qualidade como o paradigma dominante, o principal fator de diferenciação na atual disputa intercapitalista por mercados.

As expectativas que vêm se impondo a partir destes interesses apresentam, então, requerimentos de reajustes de toda a ordem à concepção de educação a ser ministrada, ao perfil dos alunos e professores, às instituições educacionais, aos sistemas educacionais como um todo.

Trata-se de um movimento que re-conceitua a qualidade da educação com base nos valores do mercado, na idéia de que o aperfeiçoamento pedagógico e da gestão educacional deve ser pautado pela lógica administrativa da produção empresarial privada. Valoriza-se, assim, a adoção de critérios pragmáticos e utilitários nas escolhas do quê, como e para quê ensinar e aprender, o máximo resultado com o mínimo de custo, a modernização da escola mediante soluções estritamente tecnicistas, ou seja, a transformação das questões político-pedagógicas em questões meramente técnicas, aparentemente neutras.

No âmbito da atual crise do Estado, caracterizada, dentre outros aspectos, pela escassez de recursos para os investimentos sociais, o coral dos que celebram o modelo de eficiência e de produtividade praticado na esfera econômica se aproveita dos diagnósticos sobre a necessidade de aperfeiçoamento dos serviços públicos para se valorizar e se auto-intitular como a única referência válida para a atividade educacional.

Ao mesmo tempo em que a oferta pública de educação se vê reprimida e com dificuldades para se equipar com os recursos do avanço tecnológico e científico grande parte das famílias brasileiras se vêem sem condições materiais para garantir o aproveitamento das oportunidades aportadas pela oferta educacional privada, que tem tido a cada dia maiores dificuldades para atrair novos alunos e para diminuir os índices de inadimplência dos que freqüentam seus cursos.

Para que as instituições educacionais realizem seu trabalho com legitimidade social, é preciso que se reveja o conceito de qualidade educacional, que se construa uma outra noção de qualidade referenciada em valores sociais de emancipação. A qualidade pautada em valores mercantis tem ao contrário representado um acirramento da crise social.

Um conceito alternativo, o de qualidade social, não resulta de abstrações idealizadas, mas deve expressar o que seja possível alcançar num determinado momento, o importante é que ele tenha sempre uma referência transformadora, inclusive capaz de trazer dentro de si a perspectiva da auto-superação.

Para essa construção, que deve ser prática e coletiva, é preciso ter claro que a qualidade da educação envolve simultaneamente e dialeticamente, pelo menos, quatro relações. A primeira, a coerência entre meios e fins, pois estes termos não se esgotam em si mesmos. A segunda, entre produtos e processos, pois a qualidade de um resultado educacional expressa aquela que caracteriza o conjunto das relações, das práticas e dos fenômenos que ocorrem no desenvolvimento do projeto educacional. A terceira, entre sujeitos e objetos, pois a educação é mais que apropriação de informações e de conhecimentos; é também a possibilidade de educandos e educadores se realizarem como sujeitos e para tal essa apropriação deve fazer algum sentido importante para eles mesmos. Por fim, a quarta, entre ensino e aprendizagem, enquanto um processo único que considera o professor como aquele que também aprende e o aluno como aquele que também ensina.

A qualidade da educação é uma imposição permanente, pois representa o esforço em fazer a atualização do ser humano, de colocá-lo à altura de sua época; tem a ver com a forma de produzir a existência humana, a história da humanidade, os conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos e atitudes.

Nela se imbricam processos cognitivos, capacitação técnica, formação ética e estética, o aprendizado de relações sociais e educacionais superiores e deve responder a compromissos complexos com o tipo de homem e de sociedade que se quer construir, com a constituição, hoje, das condições que nos permitam construir um amanhã sobre o qual pouco se sabe.

## **2. Alguns parâmetros para identificar a qualidade social de instituições de educação superior**

### **2.1. Ser uma instituição justificada pelo desejo de contribuir com o mundo**



Segundo o Art. 43 da Lei 9.394/96, a educação superior tem por finalidade:

*I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;*

*II – Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;*

*III – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;*

*IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;*

*V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;*

*VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;*

*VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.*

Essas determinações legais expressam expectativas da sociedade civil e do Estado com relação às contribuições que as instituições de educação devem oferecer para a humanidade, o país e as pessoas.

A elas compete exercitar a imaginação de todos – as comunidades interna e externa - sobre as necessidades e oportunidades existentes tendo em vista o aporte a ser dado para o avanço do conhecimento científico e técnico; o desenvolvimento econômico, social, político e cultural; o fortalecimento dos valores sócio-culturais e a socialização dos bens culturais e científicos como direitos de todos.

Instituições de educação superior com qualidade social reconhecem e praticam o princípio de que sua finalidade é indissociável de um projeto histórico para a humanidade como um todo. Sabem que não há verdadeiro desenvolvimento institucional sem desenvolvimento humano. Trazem, como projeto, a perspectiva transformadora e entendem que suas funções educacionais são indissociáveis de suas funções científicas, culturais e sociais.

Para tanto, tais instituições, a partir de objetivos claros e metas coerentes, vinculam seus próprios projetos acadêmicos às demandas da sociedade, buscam articular organicamente o que fazem em ensino, em pesquisa e em extensão, tornando simples e de domínio público os grandes ideais que quer realizar; ideais que não lhes são exclusivos porquanto pertencentes a todos.

## **2.2. Ser uma instituição que satisfaça as necessidades de quem nela estuda ou trabalha**

As necessidades daqueles que estudam ou trabalham numa instituição de educação superior são muito amplas e a cada dia superiores como consequência do desenvolvimento social, científico, tecnológico e cultural que torna as carências humanas sempre crescentes.

Entretanto, alguns valores a serem cultivados são fundamentais para que a qualidade social desta micro-sociedade se efetive: o direito de todos à vida humana digna, a participar da herança cultural da humanidade, a civilizar-se como cidadão de todo o universo, à igualdade de tratamento, ao desenvolvimento das capacidades humanas de pensar, de produzir criativamente, de avaliar criticamente e se posicionar diante de situações concretas, à livre expressão, à participação nos processos sociais e políticos e à construção coletiva da sociedade e da própria instituição à qual se vincula.

Para que tais direitos se efetivem, é fundamental a existência de um ambiente estimulante de estudo e de trabalho, com regras claras de convivência que fundamentem o exercício de práticas de respeito ao outro, de combate a todas as formas de discriminação, de resolução superadora de conflitos e de desenvolvimento da solidariedade grupal.

Com base na convicção de que entre desenvolvimento institucional, individual e coletivo existem relações de reciprocidade, é imprescindível assegurar a cada um que

participa dos processos, sejam eles acadêmicos ou administrativos, oportunidades de viver uma vida de qualidade enquanto estudante, professor ou funcionário técnico-administrativo, vida que dignifique a condição do ser humano, que leve ao seu desenvolvimento.

São processos práticos que valorizem os potenciais de cada um, que incentivem o trabalho coletivo sem se esquecer de garantir apoios individualizados, que ofereçam, por fim, as condições e os meios de desenvolvimento das motivações fundamentais, que levem e recompensem adequadamente a quem estuda e/ou trabalha na instituição. São estímulos às atitudes de abertura ao contínuo aperfeiçoamento, a outras culturas e a outras épocas, à aplicação criativa e inovadora dos conhecimentos já adquiridos.

Pelo Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, são princípios da atividade educacional, dentre outros, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização da experiência extra-escolar e a valorização do profissional de educação escolar.

### **2.3. Ser uma instituição viva e de forte personalidade**

Uma instituição de educação superior com forte personalidade se distingue pela sua individualidade, energia, caráter e estilo marcantes que a diferenciam de outras e a tornam original, não redutível aos modismos e ao imediatismo.

O que a possibilitaria ser assim? Seguramente não serão a centralização, a rotina burocrática, a repetição de fórmulas já desgastadas e a resistência à mudança. Ao contrário, seu vigor dependerá sobretudo da sua capacidade de trabalhar, de forma negociada e democrática, as contradições, as disputas e as manifestações de conflito que se fazem presentes no seu cotidiano.

Para tanto, precisa se constituir como um espaço vibrante e privilegiado de reconstrução do espaço da sociedade em que está inserida, extraíndo da interação com ele as motivações para as suas realizações, fazendo-se capaz de entender e transformar, a tempo, o tempo atual e de se fazer presente na vida social.

Será tanto mais viva e de forte personalidade quanto menos conformista e mais atuante e crítica se fizer. Para isto, necessita estimular a prática da reflexão em todos que a constróem; reflexão não somente sobre o que constitui seu objeto de atuação, mas também e, principalmente, sobre e no exercício da sua prática institucional, pedagógica e acadêmica. Tal exercício requer um ambiente de convivência, participação, transformação, socialização e de compartilhamento.

Com isto, ela se renova e se põe sempre disposta e aberta a novos aprendizados, às inovações, aos ajustes e adaptações que se fizerem necessários. Verá o quanto é importante valorizar a curiosidade de todos, investir na capacidade criativa das pessoas, respeitar a diversidade de pensamentos e de perspectivas, praticar o debate aberto, crítico e criativo.

Neste contexto, a auto-avaliação se torna não somente um processo contínuo, mas sobretudo com elevado potencial de emancipação.

#### **2.4. Ser uma instituição de elevada confiança da sociedade por seu compromisso educacional**

Esta confiança é resultado de uma conquista consagrada pela própria prática pedagógica e acadêmica da instituição educacional. É esta prática que inspira e nutre o desenvolvimento de sentimentos de segurança e de esperança daqueles que exercem essa confiança. Fundamenta a aposta de que tudo será feito para minimizar os riscos capazes de comprometer a realização das promessas que, por ventura, a instituição tenha feito. Sinaliza, portanto, a efetivação dos direitos educacionais que alunos, família ou sociedade espera ver atendidos.

O problema é que os resultados do processo educativo tardam ou são de difícil ou controversa avaliação. Cabe, porém, à instituição zelar pela sua coerência na satisfação que procura dar às demandas sociais e educacionais que lhe são dirigidas. Esta resposta tem se tornado cada vez mais difícil pois o repertório dos requerimentos que têm sido feitos à educação superior tem se ampliado muito em razão da rápida expansão do conhecimento e da crescente complexidade dos problemas vividos pela sociedade.

Para que uma instituição de educação superior passe pelo crivo da validação científica, social, cultural e ética, ela não pode cair na fácil armadilha de se centrar em

compromissos imediatos e utilitaristas, de ignorar o que se veicula pelo chamado currículo oculto, de imaginar que escola se resume a transmissão e adestramento. Ao contrário, é formação, reflexão, criação e crítica, o que supõe saber lidar com a complexa trama que se estabelece entre conteúdo e forma, produto e processo, sujeito e objeto.

A tarefa crucial de uma instituição educacional é fazer com que os alunos aprendam, adquiram o desejo de aprender cada vez mais, desenvolvam atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar, conquistem autonomia no seu processo de aprendizagem.

Para viabilizar este compromisso, cabe à instituição oferecer as possibilidades para que os alunos desenvolvam seus interesses pelo mundo que os cerca, pelo que se coloca como relevante, pelo contemporâneo e consigam compreender a cultura de seu tempo, de seu país, as necessidades para uma formação profissional adequada para os desafios do presente e do futuro.

Esta contextualização é uma condição fundamental para que ela tenha sucesso em sua difícil tarefa de sensibilizar para a necessidade do desenvolvimento de uma sólida base de conhecimentos gerais e fundamentais aos vários campos da atividade humana e de uma consistente e pertinente formação profissional específica.

Espera-se que haja por parte das instituições de educação superior o compromisso efetivo com o desenvolvimento das capacidades intelectuais de pensar efetiva e criticamente, de raciocinar, formular e resolver problemas.

E no campo da arte de utilizar os conhecimentos que leve os alunos a serem capazes de se comunicarem por meio de múltiplas linguagens simbólicas, de viver responsabilmente na sociedade local ou mundial participando ativamente na resolução de seus problemas, enfrentando os desafios e as incertezas que se lhes apresentem e engajando-se com prazer em atividades auto-renovadoras, tais como a educação permanente e o cultivo de relações humanas solidárias e fraternas.

É direito irrecusável de todo educando o desenvolvimento de sua consciência histórica, de sua identidade pessoal e de sua postura crítica face à condição humana na sociedade em que vive, de tal forma que possa desenvolver valores fundamentais e realizar julgamentos relevantes e consistentes com os ideais democráticos e de respeito ao gênero humano.

A conquista da confiança da sociedade passa, portanto, pelo empenho que a instituição educacional demonstrar na busca do desenvolvimento integral e pleno das capacidades e aptidões humanas, físicas e sensoriais, de seus alunos, os quais tem direito à constituição de uma personalidade equilibrada, livre, capaz de julgar e planejar por si mesma, de atuar de forma criativa e autônoma.

## **2.5. Ser uma instituição enraizada no presente e no existente, mas voltada para o futuro**

Uma instituição de educação superior cumpre funções sociais bastante complexas, que a obrigam a estar discutindo e questionando permanentemente seu lugar e sua existência. Os resultados de sua atividade estão sendo bem aceitos e valorizados pela sociedade? São eles convenientes ao que se espera dela? Respondem com funcionalidade às necessidades sociais? São confiáveis?

Duas dimensões temporais cercam estes resultados: o momento presente e o futuro. Diferentemente de outras instituições, a educacional projeta a vida dos seus produtos para um horizonte distante. São demandas que para serem atendidas requerem recursos que, em geral, ultrapassam e, em muito, os recursos que estas instituições dispõem para exercer suas funções. Isso as obriga a fazer escolhas e, ao fazê-lo, a aceitar certas renúncias. Nesse processo seletivo, o que priorizar como foco e posicionamento?

Diante destes dilemas, impõe-se a necessidade do pensamento e do planejamento estratégicos, que representam um importante fator para as mudanças das formas de pensar e agir tendo em vista o desafio de enfrentar simultaneamente o presente e o existente sem perder de vista as demandas do futuro.

Contextualizada na sociedade para quem deve estar voltada, toda instituição de educação superior tem à sua frente compromissos imediatos, que a obrigam a entender o que está acontecendo na realidade, a escutar, a participar de um amplo debate público para que possa vir a cumprir seu papel de instância transformadora.

Ao fazê-lo, pode descobrir que o fenômeno da evasão dos seus alunos não é causado exclusivamente por problemas financeiros, pode ser também pelo desencanto e

desmotivação. Verá que estar comprometida com o futuro é também buscar a superação do existente, na perspectiva de construção de um mundo melhor e da elevação dos padrões da vida humana.

Uma instituição de educação superior de qualidade social é resultado de grandes solidariedades, de inserção crítica na história, de estratégias criativas para se fazer partícipe do seu tempo, das profundas e aceleradas transformações sociais, buscando neste cenário os motivos e os sentidos de sua renovação permanente.

Considerar o presente e o existente sem cair no utilitarismo e no imediatismo significa legitimar-se nas suas estratégias e procedimentos para alçar vãos mais altos que implicam tomar em suas mãos a educação para uma revolução intelectual e moral que o mundo atual exige.

## **2.6. Ser uma instituição da qual todos se orgulhem**

Muitos podem ser os motivos que fazem despertar o orgulho das pessoas por uma determinada instituição de educação superior, a qual pertençam ou tenham pertencido ou que simplesmente esteja entre os bens culturais que distinguem um município, um estado ou país: o renome alcançado, a antiguidade, o pioneirismo, o aporte de sua produção científica, a lista dos ex-alunos, os conceitos obtidos em avaliações oficiais, o fato de ser um patrimônio público, as parcerias que consegue estabelecer, a facilidade dos alunos para ingressar no mercado de trabalho, a qualidade desta inserção profissional, etc.

Não é fácil a obtenção do reconhecimento do valor de uma instituição de educação superior pela sociedade. Essas escolas constituem um sistema complexo, cujas atividades e competências não são óbvias. Por outro lado, a própria instituição encontra-se, mesmo em sua fase de maturidade, em permanente luta pela conquista de um certo equilíbrio, entre o que ela foi, é e o que espera ou poderá ser.

A construção da imagem de uma instituição de educação superior é um processo complexo, ela se edifica com base em compartilhamentos e solidariedades mas também se caracteriza por defasagens de percepções e diferentes situações de conflito. Além do equacionamento entre o que diz seu passado, seu presente e as possibilidades que se abrem ao futuro, a satisfação de suas necessidades de sobrevivência depende de conquistas diárias,

dos resultados das disputas que se verificam entre os diferentes e até microscópicos centros de poder, entre os diferentes modos de organizar o trabalho escolar, entre seus integrantes em torno das significações subjetivas de conceitos, atos e relações.

O conflito estrutural é inerente às instituições de educação superior porque elas, por serem um centro do livre pensamento, da crítica e da criação, são inseparáveis da idéia de democracia. Isto significa que elas também são inseparáveis da trama do social e refletem, nas devidas proporções e especificidades, os avanços e os padecimentos que caracterizam a sociedade em que se encontram inseridas.

Portanto, é esperado que nestas instituições nem tudo seja dito ou bem dito, nem tudo seja escutado ou bem escutado, nem tudo seja compreendido ou bem compreendido. Há distorções e até constrangimentos de toda ordem. Como, então, encontrar o equilíbrio em meio a tantas contradições e obter um elevado conceito social, despertar orgulhos?

A formação da lembrança emotiva depende da capacidade de inspirar, envolver, de sensibilizar, de mediar a polêmica, de estimular a criatividade. Recordações individuais e memória sócio-histórica se entrecruzam para formar a memória institucional. No essencial, o orgulho por uma instituição de educação superior se confunde com sua credibilidade, ética e representatividade face ao seu papel formativo, científico, cultural e social.

## CONCLUSÕES

Com este texto, buscou-se simplesmente oferecer elementos ao debate atual sobre a qualidade da educação superior. Seu foco se restringiu a aspectos cruciais da avaliação das instituições que atuam nesta esfera sob o ângulo da dimensão social desta qualidade. Esta foi, aqui, tomada como o crivo decisivo no julgamento dos objetivos, metas, condições, meios e resultados destas escolas.

Em resumo, considerou-se, como qualidade social, o engajamento das instituições de educação superior na efetivação:

- a) De valores educacionais superiores ou seja na sua capacidade para realizar a educação de qualidade como direito de todos e a qualidade educacional como qualidade de vida;



- b) Do respeito à individualidade de todos os que a ela se integram, suas várias dimensões de identidade psíquica, social e cultural, suas diferenças e necessidades;
- c) Do desenvolvimento dos interesses do aluno e de sua disciplina pessoal, articulados à sua responsabilidade social e ética e ao exercício das práticas democráticas e solidárias;
- d) Da educação profissional como síntese articuladora de conhecimentos, trabalho e práticas sociais, comprometida com a formação de profissionais conscientes e capazes de uma atuação responsável, criadora e crítica; seres humanos capazes de construir sua própria história e a história da sociedade em que vivem, aptos a aproveitarem a rica herança cultural da humanidade; a avaliar criativamente idéias, situações, soluções e experiências; conscientes e autônomos em pensamento e ação; participantes ativos de uma sociedade democrática; engajados na sua defesa e na luta pela emancipação do gênero humano;
- e) Do fortalecimento de sua capacidade científica e cultural, ao promover a formação de recursos altamente qualificados, a produção e a socialização de conhecimentos que levem em conta a necessidade do pensamento sócio-histórico, da universalidade, da liberdade, da diversidade, da ética, da justiça social, da solidariedade, da dignidade e da participação;
- f) De uma escola mais atrativa, responsável e motivadora, de referência não apenas para os que formam a sua coletividade interna, com infra-estrutura material e humana, salários condizentes, respeito aos direitos e à valorização dos trabalhadores da educação, etc.

Qualidade Social é um valor estratégico, uma estrela polar a orientar o descarte de tudo que não está dando certo e das fórmulas desgastadas, a elaboração de alternativas que levem a descobrir e explorar novas possibilidades e experiências sem a dispersão das energias.

Para tanto, implica eleger aqueles cujas necessidades e expectativas será capaz de atender com essa excelência pois uma instituição de educação superior, assim contextualizada, não é neutra, tem intencionalidades. É uma construção coletiva e

potencializadora de iniciativas de mudança, permeada por situações de carências e de conflitos visíveis ou ocultos e por experiências diversificadas.

A educação de qualidade social está vinculada à construção de um novo mundo, a mudanças político-institucionais de grande envergadura, à busca de uma forma de sociabilidade diferente da atual. Neste sentido, não deixa espaço para complacências.

## **BIBLIOGRAFIA**

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. *Avaliação*, Campinas, v.3, n. 34, 1998.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. Tendências de educação superior para o século XXI. Brasília: Unesco/Crub, 1999.

CONSEIL NATIONAL DE L'EVALUATION. *L'évaluation, au service de l'avenir*. Paris: La Documentation française, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marco teórico e campo político. *Avaliação*, Campinas, ano 1, n. 1, 1996.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. A. A. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas. Petrópolis, Vozes, 1997.

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. A.A. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis, Vozes, 1997.

LEI Nº 9.394 - DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: Promulgada em 20/12/1996. São Paulo: Editora do Brasil, s/d.

MACHADO, Lucília R. S. Necessidades educacionais, ações planejadas e qualidade social. *Revista do Sinpeem*. São Paulo: v. 1, p. 6-11, 2003.

\_\_\_\_\_. O trabalho escolar na perspectiva de sua democratização. *Extra-Classe em Revista*. Belo Horizonte, ano I, n. 0, p. 7-10, 1992.

MATUS, Carlos. *Adeus, Senhor Presidente. Governantes Governados*. Fundap, São Paulo, 1997.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO, 2000.

UNESCO. *L'éducation pour le XXIe siècle: questions et perspectives*. Paris: Éditions Unesco, 1998.